DESIGUALDADES DE INFORMAÇÃO: A POLÊMICA DA CONSEQUÊNCIA DA CONFRONTAÇÃO ENTRE URBANO E RURAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA- PR

Tainara Tatiane de Paula (FA), Reidy Rolim de Moura (Orientadora), e-mail: reidymoura@gmail.com.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Serviço Social.

Área Sociais Aplicadas, Subárea Serviço Social

Palavras-chave: Direito à Cidade, Agrotóxicos, Planejamento Urbano.

Resumo

A situação do planejamento urbano e do direito à cidade no município de Ponta Grossa - PR é bastante precarizado, quando se trata de habitação popular, onde existe a característica de serem no limite do perímetro urbano e como consequência maior são ao lado de grandes fazendas agroindustriais que fazem a utilização de agrotóxico. Concomitantemente a esse fato está atrelada toda a problemática que o agrotóxico causa a saúde humana devido ao contato direto, pelo ar ou pela água. Essa pesquisa teve como principal objetivo buscar informações e discutir a problemática do desconhecimento da população sobre as implicações do uso de agrotóxicos para regiões que fazem confrontação urbano rural. A metodologia utilizada foi à observação participante, a pesquisa bibliográfica e documental. Ao final da pesquisa pode-se perceber que há desigualdade ou até ausência de dados sobre o uso de agrotóxicos nas confrontações do meio rural com urbano em Ponta Grossa. Percebeu-se que há noção de que a temática é complexa mas não há um aprofundamento do debate sobre isso e a problemática frente às questões de saúde.

Introdução

O presente resumo expandido tem a finalidade de apresentar os resultados da pesquisa de iniciação científica, que tinha por objetivos: Identificar as unidades básicas de saúde que abrangem os 6 loteamentos da região sudoeste; Buscar dados junto a Unidade Básica de Saúde que referem-se a problemática em relação a utilização de agrotóxicos; Aprofundar referências teóricas sobre participação social, planejamento urbano, desigualdade espacial, saúde, uso de agrotóxicos, dentre outros que sejam abrangentes; Colaborar com produção de conhecimento que possa embasar movimentações que visem a amenização dos riscos contidos no território no que tange ao uso de agrotóxicos próximos aos loteamentos urbanos;

Essa pesquisa é exploratória e parte de indagamentos que já foram abordados em temas semelhantes anteriormente, porém, se faz necessário ainda desmembrar a temática tendo a finalidade de explanar a realidade socioespacial pontagrossense que se apresenta de maneira desigual e precarizada. A realidade no município de Ponta Grossa- PR precisa de atenção e discussão, ao que já foi explanado e identificado em pesquisas anteriores do PIBIC 2017-2018, muitos loteamentos atuais sofrem com a confrontação urbano/rural.

Há nas últimas décadas uma periferização do município de Ponta Grossa-PR, que se dá por regiões afastadas a ponto de fazer confrontação ao meio rural. Tem-se, portanto, empreendido esforço de pesquisa tentando compreender como, e se, a população enxerga essa relação urbano rural, seus desafios, problemas, reivindicações e confrontações diárias.

Material e Métodos

A metodologia de pesquisa qualitativa de cunho exploratório possibilita conhecer de forma ampla a realidade do sujeito, levando em conta os significados que esse concede a realidade.(MARTINELLI, 2003). Com relação a observação participante, essa corresponde a técnica de ver, ouvir e examinar aquilo que se pretende explanar com registros fotográficos a medida que se pode observar in loco. Assim, era realizado o contato com a Unidade Básica de Saúde que atende ao loteamentos da região sudoeste na sequência agendava-se as visita a região junto com os Agentes Comunitários de Saúde. Durante as visitas eram realizadas anotações num diário de campo das falas, dos cenários e das atividades cotidianas da região. Após esses dados foram analisados à luz do referencial teórico encontrado também durante a pesquisa. Foi realizada pesquisa bibliográfica de temas procedentes da pesquisa (planejamento urbano, direito à cidade e agrotóxicos, dentre outros) e documental junto a regional de saúde e nas UBS da cidade e junto às organizações da sociedade civil existentes nas comunidades.

Resultados e Discussão

As cidades brasileiras são desenvolvidas à medida dos interesses privados, o que leva a um processo de urbanização mais desigual, pois para ter acesso à terra urbana é necessário comprar, e quando isso não é possível as pessoas que não possuem poder financeiro, o estado precisa dar subsídios para a moradia da população.

O direito a cidade está diretamente relacionado aos elementos que correspondem à vida urbana como também a questão habitacional. Tosta (2016) defende que o capitalismo, os interesses privados e as imobiliárias quem define a valorização dos lotes de moradias. Dessa maneira pontua:

> [...] o capitalismo precisa de escassez para sobreviver. A casa própria é especial neste sentido, pelo fato do morar ser uma necessidade básica, sendo assim, o valor dos imóveis são alterados de acordo com a conveniência de mercado. A negação da habitação em si mesma é também a negação da vida, exclusão da cultura, da riqueza coletiva, do espaço público, do lazer vivido e não lazer consumível. E nesse momento é importante frisar que o direito a habitação não se resume a uma unidade imobiliária, é ter acesso aos serviços básicos, é ter acesso à educação, saúde, segurança, lazer, transporte, cultura, oportunidades de crescimento e desenvolvimento social (TOSTA, 2016, P. 27).

Tendo em vista a lógica do direito à cidade, coloca-se em discussão o Programa Federal Minha Casa Minha Vida que pensado como forma de uma habitação digna, tendo como principal finalidade contribuir com a redução do déficit habitacional do Brasil, e como medida emergencial para minimizar os impactos da crise internacional de 2008 sobre o emprego e o crescimento econômico. Assim, o objetivo é pautado a proporcionar aos cidadãos acesso a financiamento de moradia

com condições especiais, é uma parceria entre empresas, estados, municípios e entidades.

A confrontação urbano/rural colocada aqui como resultado de um planejamento urbano falho devido a uma política habitacional que ao tentar prover habitação a toda uma população, exclui os indivíduos da vida urbana, em especial os menos favorecidos que não possui condições financeiras para garantir moradias nos centros municipais. E dessa maneira são alocadas em regiões distantes, que antes eram fazendas, e que se tornam lotes habitacionais disponíveis em preços e financiamentos mais acessíveis, possibilitando que essa parcela da população possa residir.

No que tange aos objetivos de buscar dados junto a Unidade Básica de Saúde que se referem à problemática em relação a utilização de agrotóxicos, pode-se indicar que ao fazer contato e observar o trabalho de uma das enfermeiras dessa unidade básica de saúde, que foi quem aceitou conversar e nos receber, a mesma deixou claro que a Unidade Básica não possuía registros e que problemas tais como respiratórios, um dos mais comuns quando se tem o contato com agrotóxico não eram relacionados às plantações e que dependia da época do ano para maior ou menor incidência de atendimentos para essa demanda.

Outra tentativa na busca de dados foi o contato com a Terceira Regional de Saúde, sendo que em contato com uma promotora de saúde e enfermeira que ao entender a propostas da pesquisa, informou que não existem dados oficiais do município pelo fato de que até pouco tempo atrás não existia preocupação frente a problemática do agrotóxico, e que dificilmente casos que as UBS atendem são relacionados aos sintomas da intoxicação por agrotóxicos.

Assim, podemos pontuar que não há dados oficiais sobre isso no município, mesmo quando solicitamos os dados oficialmente não se obteve retorno, isso demonstra ou certo “receio” sobre o assunto, ou que realmente não há dados. Acredita-se que se for implementada a formação que a promotora de saúde comentou, em breve existirão dados concretos de intoxicação por agrotóxico.

Conclusão/ões

Nas visitas ao território delimitado para a pesquisa o que se pode observar foi que a população desse quadrante não identifica riscos e não possuem preocupação em morar nos loteamentos que fazem divisa ao meio rural. Demonstrou-se a partir das observações que essa relação urbano / rural de Ponta Grossa está dada como naturalizada, pois, muito se ouviu de que quando os loteamentos foram construídos as fazendas que utilizam agrotóxicos já estavam lá, fazendo parte da realidade. Assim não se vê o debate ou enfrentamento como uma problemática e não buscando maneiras de amenizar os danos..

Importante ressaltar também que há a sensação de que muitos não gostam de falar ou de se envolver com o assunto, pois existe, mesmo que simbolicamente, a sensação de dominação e controle das fazendas sob os moradores. A falta de entender a moradia como direito, leva grande parte das pessoas acreditar que poderia ser causado algum dano, inclusive retirando-os das suas casas. Ressaltando que as hipóteses levantadas ao início da pesquisa de que a falta ou a desigualdade de informação, ou seja, de reflexões críticas frente a problemática territorial ocasiona cada vez mais que a população, e aqui destaca-se aqueles que já são muitas vezes vítimas das desigualdades sociais por se tratar de pessoas que

moram em casas advindos de programa federal destinado a pessoas de baixa renda, aceitam a maioria das coisas que lhes são impostas e não possuem o entendimento, ou se possuem é abafado, por medo de sofrer consequências. Não temos dados neste momento e nesta pesquisa que possam comprovar essa sensação, mas há de se alertar para novas pesquisas que possam subsidiar e comprovar essa possível hipótese.

Outra hipótese de que as pessoas não entendem isso como uma problemática que pode ser identificado através das observações participantes também pontua-se que é caracterizado pela naturalização do risco eminente.

Com isso, levanta-se mais questionamentos do que certezas nessa pesquisa, especialmente frente a ideia que se coloca de que está tudo bem conviver com os agrotóxicos sem debater o quanto são grandes vilões para a saúde humana. Com relação a isso, considera-se que há muito trabalho pela frente e ainda é árduo o caminho que se deve fazer na cidade para discutir a questão dos agrotóxicos e os moradores em torno, isso envolve órgãos competentes que questionem, promovam debates, políticas públicas e legislações que possam melhorar as condições de moradia das pessoas para que seja sem risco a sua saúde.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC, financiada pela Fundação Araucária pela disponibilização de recursos financeiros que possibilitaram a realização dessa pesquisa a fim de explanar sobre uma problemática que cerca o município ainda pouco discutido tendo em vista as consequências que podem ser graves.

Agradeço aos profissionais que se propuseram a receber, passar informações e contribui com materiais nas visitas técnicas realizadas durante a pesquisa.

Agradeço ainda à minha orientadora professora Dra. Reidy, por todo o conhecimento compartilhado e pela oportunidade de ter participado da pesquisa.

Referências

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). Pesquisa **Qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras Editora, 2003.

TOSTA, A. O. **A Dimensão Espacial do Direito À Cidade: Acesso à Equipamentos Públicos e Infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador** (2009 - 2015). 2016. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura. Salvador.